



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

**A LUTA DE CLASSES FORA DE LUGAR?
AS INTERPRETAÇÕES DO SINDICALISMO BRASILEIRO DOS ANOS 50 E 60
EM FRANCISCO WEFFORT E MARCO AURÉLIO SANTANA**

Alexander David Anton Couto Englander

alexcoueng@gmail.com

Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ)

Brasil



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

RESUMEN

Nesta apresentação proponho fazer uma comparação entre interpretações paradigmáticas do sindicalismo no Brasil, que concernem a gerações distintas da sociologia do trabalho nesse país. Os dois autores analisados são Francisco Weffort, que construiu a narrativa hegemônica, na década de 1970, sobre a relação entre Estado, sindicatos e classe trabalhadora no Brasil; e Marco Aurélio Santana, um dos principais membros da nova geração da sociologia e da historiografia do trabalho no Brasil, que desde o final do século XX constroem uma nova interpretação da relação entre Estado, sindicatos e classe trabalhadora no Brasil, distinta da narrativa até então hegemônica, que tinha em Francisco Weffort a sua principal referência intelectual. Para facilitar a comparação, construí o objeto de análise a partir de um tema pesquisado tanto por Weffort quanto por Santana, o sindicalismo brasileiro nos anos 1950 e 1960. Entre os livros estudados estão: a tese de livre docência defendida por Weffort, na USP, *Sindicatos e Política* (1970) e deste autor também farei referência ao texto *Participação e Conflito Industrial: Contagem e Osasco 1968* (1972); de Santana serão usados o livro *Homens Partidos – comunistas e sindicatos no Brasil* (2001) e o artigo *O “novo” e o “velho” sindicalismo: análise de um debate* (1998). O estudo terá como foco as décadas de 1950-60, mas também serão abordadas as análises de Weffort sobre os anos 1930 e 1940 e as pesquisas de Santana sobre os anos 1980. A comparação entre Weffort e Santana foi construída a partir de um tema comum, abordado de modo distinto na obra desses dois autores: a luta de classes. Em Weffort os limites da luta de classes são pensados como um desajuste entre a organização operária e os interesses da classe, o que confere caráter negativo à sua ação coletiva. Já na análise de Santana é destacado o esforço do movimento sindical combativo em defender os interesses da classe dentro das instituições oficiais e paralelamente as mesmas, o que atribui caráter positivo à ação coletiva. Por isso, a obra de cada um desses dois autores será pensada como expressão de momentos distintos da passagem de um paradigma de pensamento que estuda a classe operária a partir de critérios a ela externos - que chamarei de paradigma do “automatismo estrutural” - para outro paradigma que analisa a classe operária a partir de suas próprias ações,



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

organizações e modos de pensar em conjunturas específicas, que denominarei como paradigma do “sujeito político historicamente contextualizado”.

ABSTRACT

In this paper I propose to compare two paradigmatic interpretations of trade unionism in Brazil, which refer to two distinct generations of the sociology of work in that country. Francisco Weffort and Marco Aurélio Santana are the authors used to represent this two different moments and distinct ways of think. The books of each of these two authors will be analyzed as expressions of distinct moments of the change of a paradigm of thought that studies the working class from external criteria - what I will call a paradigm of "structural automatism" - for another paradigm that analyzes the working class from its own actions, organizations and ways of thinking in specific conjunctures, which I will call the paradigm of the "historically contextualized political subject”.

Palabras clave

Ação Coletiva; Movimento Operário; Mudança Social.

Keywords



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

Collective Action; Labor Movement; Social Change.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

I. Introducción

Neste trabalho proponho fazer uma comparação entre as interpretações de Francisco Weffort e Marco Aurélio Santana sobre o sindicalismo brasileiro nos anos 1950 e 1960. Para tanto terei como objeto de estudo a tese de livre docência defendida por Weffort, na USP, *Sindicatos e Política* (1970). De Santana será usado o livro *Homens Partidos – comunistas e sindicatos no Brasil* (2001). Esta exposição faz parte de uma pesquisa mais ampla, como aqui o espaço é restrito, o texto terá como foco somente as décadas de 1950 e 1960.

A comparação entre Weffort e Santana foi construída a partir de um tema comum, abordado de modo distinto na obra desses dois autores, a luta de classes. Em Weffort os limites da luta de classes são pensados como um desajuste entre a organização operária e os interesses da classe, o que confere caráter negativo à sua ação coletiva. Já na análise de Santana é destacado o esforço do movimento sindical combativo em defender os interesses da classe dentro e paralelamente às instituições oficiais, o que atribui caráter positivo à ação coletiva. Por isso, a obra de cada um desses dois autores será pensada como expressão de momentos distintos da passagem de um paradigma¹ de pensamento que estuda a classe operária a partir de critérios a ela externos - que chamarei aqui de paradigma do “automatismo estrutural” – para outro paradigma que analisa a classe operária a partir de suas próprias ações, organizações e modos de pensar em conjunturas específicas, que denominarei como paradigma do “sujeito político historicamente contextualizado”.

¹ Usarei a noção de paradigma presente em Thomas S. Kuhn, segundo a qual o paradigma concentra a atenção dos pesquisadores numa faixa de problemas relativamente exotérico (pois próprios de um campo acadêmico especializado), que são investigados de modo exaustivo e profundo, na certeza de que os problemas colocados e compartilhados pelo paradigma fazem parte de um “quebra-cabeças” que pode ser resolvido de modo lógico. Todavia, o paradigma também pode afastar uma comunidade de pesquisadores de problemas sociais relevantes que não são redutíveis ao formalismo lógico de seu quebra-cabeças, “pois não podem ser enunciados nos termos compatíveis com os instrumentos e conceitos enunciados pelo paradigma” (Kuhn, 1975, p. 60).



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

II. Marco teórico/marco conceptual

Neste trabalho o principal tipo de conflito social analisado será a luta de classes. O conceito de luta de classes adotado será o de Slavoj Žižek, em seu texto *O espectro da ideologia* (1996). Žižek reformula a noção marxista de luta de classes a partir do uso da psicanálise de Jacques Lacan. Para Lacan o que vivenciamos como realidade não é a própria coisa, o real é sempre estruturado por mecanismos simbólicos e a simbolização, em última instância, sempre falha, implica em uma dívida simbólica não quitada. Esta parte do real não simbolizada retorna sob a forma de espectro. O espectro é o que preenche o “buraco” do real e é, por isso, o cerne pré-ideológico da ideologia. Não oculta a realidade, mas o elemento irrepresentável desta, cujo o recalçamento primário fundamenta a própria realidade. E onde entra o papel da luta de classes? A “luta de classes” é nome do antagonismo que impede a realidade social de se constituir como um todo fechado em si mesma, pois impede o sucesso da eficácia simbólica e abre uma brecha para a “matéria espiritualizada”, o espectro obscuro. Na luta de classes não há metalinguagem, toda posição dentro do todo social é sobredeterminada em última instância pela luta de classes (Žižek, 1996, p. 26-27). Nas palavras do próprio Žižek:

“A luta de classes é “real” no sentido lacaniano estrito: uma ‘dificuldade’, um empecilho que origina simbolizações sempre renovadas, mediante as quais nos esforçamos por integrá-lo e domesticá-lo (a tradução/deslocamento corporativista da luta de classes para a articulação orgânica dos ‘membros’ do ‘corpo social’, por exemplo), mas que, ao mesmo tempo, condena esses esforços a um derradeiro fracasso. A luta de classes não é nada mais do que o nome do limite imperscrutável de objetivar, situado dentro da totalidade social, já que ela mesma é o limite que nos impede de conceber a sociedade como uma totalidade fechada” (Žižek, 1996, p. 27).

A partir desta concepção de luta de classes podemos interpretar a famosa abertura de Marx e Engels ao Manifesto Comunista, “um espectro ronda a Europa – o espectro do comunismo”. O comunismo é o espectro que emerge do vazio simbólico provocado pela luta de classes. Tudo o que desafia a ordem social e limita o seu poder de simbolizar a totalidade social passa a ganhar a pecha de “comunista”, sejam os partidos de oposição ou os partidos da situação, taxar alguém ou alguma



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

organização de “comunista” vira um ritual de acusação da injúria do “outro” contra a ordem simbólica. Por isso, “todas as potências da velha Europa unem-se numa santa aliança para conjurá-lo: o papa e o czar, Metternich e Guizot, os radicais da França e os policiais da Alemanha” (Marx & Engels, 2005, p. 39). O espectro é, portanto, uma lenda, uma resposta simbólica das classes dominantes às falhas nas simbolizações provocadas pela luta de classes. Ao *medo* da construção de novas simbolizações pelas classes populares em luta, que abalem a ordem social e política, as classes dominantes reagem criando a lenda demofóbica do comunismo como deformidade ou falha moral que deve ser reprimida.

Mesmo que o comunismo seja convertido em lenda espectral, cuja as simbolizações pouco se referem às práticas reais dos comunistas ou de outros atores situados no campo demofílico da luta de classes, Zizek parte do pressuposto lacaniano de que “no real não falta nada: toda a percepção de uma falta ou de um excesso (‘não há bastante disto’, ‘há demais daquilo’) implica sempre em um universo simbólico” (Zizek, 1996, p. 17). Portanto, a luta de classes é um processo imanente à totalidade social, imputar uma falta ou um excesso à luta de classes é um modo de tentar simbolizar um fenômeno com constantes e renovadas linhas de fuga às simbolizações. A crítica ao fenômeno da luta de classes pode ser, no máximo, uma tentativa do crítico em se situar em algum “lugar” do antagonismo social constituído pela própria luta de classes, seja este “lugar” referente as classes ou as frações de classe. Em outras palavras: não existe uma luta de classes mal ajustada à realidade, “fora de lugar”, mas existem os lugares – as posições de poder – nos quais os atores falam e atuam no interior do antagonismo próprio à luta de classes. Enquanto existir sociedade de classes não existirá um campo de poder “neutro”, o fortalecimento de algum campo de poder em detrimento de outro sempre fará referência à dinâmica e à correlação de forças no interior da luta de classes.



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

III. Metodología

Este debate teórico é útil para o desenvolvimento da metodologia comparativa entre Weffort e Santana, pois esses autores conferem um estatuto distinto à luta de classes que ocorre no interior das instituições sindicais forjadas pelo Estado Novo. Weffort faz uma crítica à “ideologia de Estado” presente no movimento sindical brasileiro, que o levaria a legitimar as regras impostas pelas instituições herdadas do varguismo e a promover uma política de conciliação com a burguesia. Ao mesmo tempo em que estas ideias de Weffort estimulam o desenvolvimento de um sindicalismo preocupado com a maior participação das bases, combativo e avesso à conciliação de classes – o que ocorreu no Brasil no final dos anos 1970 e ao longo dos anos 1980 – ao mesmo tempo, também conferem caráter negativo à luta de classes promovida pelo tipo sindicalismo qualificado pelo autor como “populista”, vigente entre a década de 1940 e o golpe militar de 1964. Esta visão negativa da ação sindical faz parecer que a luta de classes estava “fora de lugar”, diagnóstico que insere Weffort no grupo dos autores que compuseram o “consenso corporativista” da sociologia do trabalho nos anos 1950, 1960 e 1970 – na expressão do historiador John French (1995, p. 1-15). De acordo com a interpretação compartilhada pelo “consenso corporativista”, a estrutura do sindicalismo oficial contribuía para o exercício do domínio estatal sobre as ações da classe trabalhadora, devido à “excessiva fragmentação [da organização por categorias], falta de autonomia financeira e possibilidade de arbitrárias e constantes intervenções das autoridades, aliada à institucionalização da resolução de conflitos entre capital e trabalho via poder Judiciário” (Loureiro, 2011). A partir da concepção de luta de classes de Zizek podemos evitar a tentação de conceber os sindicatos oficiais como os espaços onde a luta de classes estaria em falta, e, em vez de assumir esta postura negacionista, investigar *como* ocorria a luta de classes no interior das estruturas criadas pelo varguismo e *como* o movimento operário ressignificou o sentido original destas instituições, concebidas pelas classes dominantes.



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

IV. Análisis y discusión de datos

Francisco Weffort: a classe como sujeito, mas como sujeito fora de lugar.

No 3º capítulo de Sindicatos e Política, *1950-1954: renovação do populismo e emergência do sindicalismo populista*, é feita a análise do contexto do segundo governo Vargas. Getúlio havia feito uma campanha eleitoral defendendo a industrialização e a justiça social, mas logo no início de seu governo estabelece alianças com a direita, *adotando a tática de aproximação com o adversário para controlar-lhe a ação*. Mesmo a UDN, Vargas tenta atrair para o seu governo, até 1952, momento em que o partido passa a intensificar suas conspirações golpistas. Fragilizadas as alianças com a direita, Vargas sabia que não poderia desapontar seus eleitores da “massa” popular e tenta manobrar com a esquerda, como em 1945, mas desta vez os comunistas adotam uma postura de intransigência perante o governo. A radicalização do PCB fora motivada pela Guerra da Coréia e o fim da política de ordem e tranqüilidade do pós-guerra, ou seja, em decorrência das mudanças nas políticas de relações externas da URSS. Agora, Vargas era considerado um agente do imperialismo. O presidente tentou agir como no pré-1945, quando fora “o árbitro supremo do jogo político e ponto de encontro de todas as forças sociais. Porém, os tempo haviam mudado e Vargas o sabia melhor do que ninguém” (Weffort, 1970, p. III.6). O presidente teria que lidar com conflitos de interesses que extrapolavam o seu poder de controle.

Nessa conjuntura, o movimento operário começa um período de ascenso, em 1953 ocorrem duas greves históricas, a greve dos 300 mil, em março e abril, e a greve nacional dos marítimos, em junho. O movimento operário iniciou a sua recuperação com a greve dos têxteis, no Rio de Janeiro, que foi “o primeiro sinal de que a crise política começava a deslocar-se dos problemas ministeriais para o campo da política salarial e da luta de classes” (Weffort, 1970, p. III.13). A greve dos têxteis principia com um discurso contra o Ministério do Trabalho e acreditando na possibilidade de acordo com os patrões, mas estes se negam a negociar e tem início o conflito. Entre os dias 26 e 30 de abril a greve unificou têxteis e metalúrgicos, cerca de 60 mil operários paralisados, de um total de 100



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

mil têxteis e 80 mil metalúrgicos. A questão salarial passava a centralizar as atenções da crise política nacional e a imprensa conservadora responsabilizou Vargas por ter permitido a eclosão daquela situação. O Ministério do Trabalho prometeu reajustar os salários o mais rápido possível.

A greve pôs em evidência a baixa representatividade dos sindicatos oficiais. Enquanto a base têxtil e metalúrgica respondeu com atraso à decisão da direção, em outras categorias a adesão ocorreu a partir da espontaneidade das massas, para além do controle das direções sindicais. Neste segundo caso ficou evidente o desajuste entre os sindicatos oficiais, por profissões, e um movimento grevista de grandes proporções, a adesão do sindicato à greve expressou menos a sua capacidade de mobilização do que seu assentimento a um fato consumado. Os sindicatos oficiais operaram como canais por onde o movimento transitou, mas que não esteve sempre sob o controle das forças que impulsionavam os acontecimentos, que vinham da base da classe operária (Weffort, 1970 p. III. 20). No dia 28 de março foi formada uma Comissão Central da Greve, incorporando dirigentes sindicais e lideranças operárias que não faziam parte de direções. Alguns dirigentes acusaram os comunistas de estarem sabotando a greve. No dia 10 de abril ocorre a formação da Comissão Intersindical da greve, o primeiro exemplar do que se chamará depois de uma “organização paralela”. Era uma organização de cúpula em que a participação de dirigentes de sindicatos oficiais predominava. *Este compromisso político conformado durante a greve dos 300 mil, entre as direções sindicais e outros grupos de sindicalistas, sobretudo os comunistas, passará a caracterizar o movimento sindical do país. O pacto não era de todo “progressista”, pois também tinha a intenção de controlar o espontaneísmo das bases, que ameaçavam levar de roldão o sindicalismo oficial. Nesta linha, a Comissão Intersindical proibiu as manifestações que não fossem por ela aprovadas.*

No dia 21 de abril, após acordo sobre suas reivindicações econômicas, vidreiros, marceneiros e carpinteiros voltam ao trabalho. O movimento foi encerrado com as categorias fazendo acordos em separado, nos termos fragmentados e verticais da estrutura sindical oficial. A greve dos 300 mil conseguiu atingir o sistema político em muitos níveis e este reagiu de modo contraditório em diferentes oportunidades. Já no segundo dia da greve a imprensa conservadora falava em perigo de revolução social. A reação do ministro do trabalho fugiu ao controle de Vargas



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

e houve ameaça de acionar a Lei de Segurança Nacional. João Goulart, então presidente do PTB, criticou essa proposta e sugeriu uma maior aproximação de Vargas com a classe operária. O exército permaneceu como “o grande mudo” da situação.

Em junho, na greve dos marítimos, os sindicatos grevistas demandaram diretamente ao governo: o aumento salarial, algumas medidas referentes às condições de trabalho e, ainda, o afastamento da diretoria da Federação dos Marítimos, acusada de vinculação com o Ministro do Trabalho. Para Weffort, o movimento abdicou de sua autonomia em nome da confiança na resposta positiva de Vargas. E para este nada poderia ser melhor naquele momento, pois o daria a chance afastar seu ministro do Trabalho, com quem estava em conflito e convocar João Goulart para ocupar o cargo. Três dias após a sua posse, Goulart se reuniu com o comando geral da greve para negociar a proposta conjunta de governo e empresários. Para Goulart era chegada a hora de acabar com a intransigência, por parte do governo e dos patrões, nas negociações.

As grandes greves de 1953 ampliaram a margem de independência do movimento operário em relação ao Estado e foram estimuladas pela política de congelamento salarial do governo Dutra, prolongada por Vargas. Serviram como *o primeiro teste do pacto policlassista do sindicalismo populista*, simbolizando em poucas semanas “todo o desenvolvimento do movimento sindical nos próximos anos” (Weffort, 1970, p. III.27). Weffort descreve as suas características gerais e suas fragilidades e destaca três pontos: 1º) os setores chamados de “burguesia nacional” são decadentes (como os têxteis) e não têm força suficiente para cobrir o ônus financeiro do pacto; 2º) a aliança não é direta, classe-a-classe, mas mediada pelo Estado e sob o seu patrocínio; 3º) o movimento sindical se desenvolve de modo desigual, tendo mais força nos setores onde há regulação econômica, como os marítimos (e não no mercado livre ou no setor público). Weffort ainda faz uma ressalva, apontando para o equívoco de se estabelecer uma linha direta de continuidade entre as greves de 1953 e o sindicalismo populista, pois em 1953 as esquerdas estavam afastadas do Estado no plano político.

Vargas teve dois dilemas entre junho e julho de 1953. Como valorizar os salários sem liquidar com a política de estabilização econômica de Oswaldo Aranha? E como ampliar a aliança com o movimento operário, sem queimar todas as pontes com a direita e fazer o golpe de Estado ser



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

inevitável? Para complicar ainda mais sua situação, Lacerda denunciara escândalos de corrupção e ganhava apoio do jornal *Última Hora*. Foi aberta uma CPI para investigar o governo e o PSD, que tinha maioria no parlamento e nos ministérios, rompe com Vargas. Os militares também. Em âmbito externo, Truman sai da presidência dos EUA, entra Eisenhower, que acaba com a política de empréstimos e busca favorecer as empresas dos EUA, em oposição ao nacionalismo de Getúlio.

O governo busca uma saída à esquerda: em fins de 1953 e início de 1954, Vargas aumenta o seu nacionalismo e Goulart prepara o decreto que aumentaria o salário mínimo. A imprensa conservadora taxa Goulart de “peronista”. Os militares reagem à política de valorização salarial e pedem mais verbas para si. A pressão militar leva ao afastamento de Jango e do Ministro da Guerra. O governo está condenado ao imobilismo ou ao golpe. Em abril Getúlio apresenta o projeto da Eletrobrás e no 1º de maio o salário mínimo é aumentado em 100%. Em uma inédita mudança de postura o presidente rompe com o discurso paternalista e defende a organização da classe operária, que no futuro deveria chegar ao poder por suas próprias mãos, através do voto. Fala o presidente, em seu pronunciamento para os trabalhadores: “minha tarefa está terminando e a sua apenas começa”. Em seguida a previsão de Vargas se confirma. O fracassado atentado a Carlos Lacerda leva à morte do major Vaz. Lacerda esbraveja na imprensa. No dia 23 de agosto os militares lançam o seu manifesto. O presidente está completamente isolado. No dia 24 de agosto, se suicida. Para Weffort, o desfecho trágico de Vargas salvou da morte o esquema de aliança de classes que Goulart tentou construir em 1953. Em sua Carta Testamento, Vargas rompe com a lógica elitista da política como arte oportunista dos arranjos e compromissos de circunstância e faz uma afirmação de princípios que mobiliza as massas populares a saírem para as ruas em manifestações violentas. O “populismo difuso” de Vargas tinha a sua revanche no momento de sua derrota.

Perplexa na confusão, tomada pela pressa e pelo radicalismo, a direita põe a perder tudo o que havia conquistado até então. O PCB, por sua vez, realiza sua mudança de linha política mais oportunista em toda a sua história, colocando-se diante das massas sublevadas como um ardoroso defensor da memória de Getúlio. Desde esse momento, a tradição nacional-populista aliada com a política soviética de “coexistência pacífica” formará as linhas centrais do PCB até o golpe de 1964. Após um ano e meio de crises, golpes e contra-golpes, ocorrem as eleições e Juscelino Kubitschek



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

chega à presidência, reinstalando o esquema varguista no poder e permitindo a emergência do movimento operário, ainda que subordinado ao regime populista. Neste ponto, é válido fazer um questionamento ao argumento de Weffort, que o faz pensar a classe operária como um sujeito subordinado ao regime populista. Se o autor considera que a “crise de hegemonia das classes dominantes” faz com que os grupos políticos no controle do Estado precisem apelar às massas para garantir a sua governabilidade, não seria inteligência política do PCB, em vez de mero oportunismo, apresentar-se como guardião da memória de Vargas, visto que este havia rompido com o discurso populista e convocado a classe operária a se organizar? A própria governabilidade apoiada nas massas não possibilitaria a abertura de espaços de luta e aprendizagens pedagógicas para a classe, na defesa de seus interesses e na busca por seu próprio caminho rumo ao poder político? *Weffort faz uma ligação direta entre a participação da classe operária no jogo político, definido por ele como “populista”, com o enfraquecimento de sua condição de sujeito histórico. Mas se a hegemonia estava em crise, não poderia o próprio movimento sindical disputar uma fatia do poder político ou mesmo tentar construir uma nova hegemonia, na defesa ativa dos interesses da classe?*

O dilema histórico do sindicalismo populista – abordado no 4º capítulo de *Sindicatos e Política: 1955-1964: os sindicatos na política* – pode ser resumido em uma tese economicista e estruturalista elaborada por Weffort. De acordo com essa tese, quanto mais ganhava poder de influência, menos a *ideologia nacionalista* dizia sobre a realidade concreta da economia brasileira e mais era obrigada a recorrer à defesa desesperada do passado varguista, como recurso simbólico de construção de mitos para o futuro. O projeto de Vargas consistia em promover a industrialização nacional de modo autônomo, mas em um regime de compromisso com as velhas oligarquias rurais. Entre 1955 e 1964 ocorre a liquidação deste projeto nacionalista de desenvolvimento do capitalismo e é consolidada a hegemonia do grande capital na indústria, com a transformação da burguesia nacional em mera “burguesia associada” ao poder das empresas multinacionais e, por isso, com importância secundária para o desenvolvimento econômico. A governabilidade do populismo varguista é posta em cheque. Getúlio buscava compensar o vazio de hegemonia política e econômica de alguma classe através de um grande e instável compromisso de circunstância entre os grupos dominantes que sobreviveram à “revolução” de 1930. Por isso, a soberania do Estado Novo



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

operava como um substituto funcional para a falta de hegemonia de classe. E também por isso sua soberania era frágil e sem os alicerces de uma ditadura, sua instabilidade era amplificada e sua expectativa de vida reduzida. O fracasso da política de conciliação de Getúlio deixa claro que o poder não poderia mais ser fundamentado em acordos de circunstância, disso decorre o seu apelo à organização sindical e política da classe operária como forma de conferir sobrevida à ideologia nacionalista.

Marco Aurélio Santana: o sindicalismo combativo dos comunistas entre 1954 e 1964

Em *Sindicatos e Política*, Weffort deixa transparecer que o caráter conciliador do movimento sindical atrelado ao PCB seria um dos responsáveis pelo golpe de 1964, pois ao mobilizar a classe operária para um movimento reformista em aliança com a burguesia nacional, não organizava às suas bases para o acirramento da luta de classes e o enfrentamento com a burguesia. Aqui considerarei que as teses de Weffort contém apenas meia verdade, se as lideranças comunistas de fato cultivaram – a partir de certo momento – um excesso de otimismo na aliança com a “burguesia nacional” e os setores progressistas do PTB, todavia, nem por isso as práticas sindicais do PCB deixavam de ter uma postura combativa, de defesa dos interesses da classe operária. O que se pode observar na análise de Santana, ao contrário da de Weffort, não é um “sindicalismo populista”, de cúpula e mais preocupado com a agenda política da aliança entre PCB, PTB e burguesia nacional do que com os interesses da classe trabalhadora. Na pesquisa de Santana o que aparece é um sindicalismo de esquerda, que tentava dar um caráter combativo ao sindicalismo oficial e ao mesmo tempo lutava por sua democratização, abria espaço para práticas paralelas e buscava sustentar uma agenda política que favorece a classe trabalhadora – tudo isso feito em um contexto de ilegalidade partidária e relativa repressão ao movimento operário. Enquanto Weffort constrói sua crítica a partir da normatividade de um autonomismo idealista e fora de lugar, dada a sua inexistência no contexto nacional, Santana considera a luta de classes como imanente ao contexto social e, a partir desta premissa, considera qual grau de autonomia seria possível para a ação operária.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

O primeiro momento da conjuntura política de 1954 a 1964 é marcado por concessões do PCB à elite política brasileira, que foi o modo que o partido encontrou para diminuir o medo anticomunista e poder atuar em espaços informais do meio sindical e também lutar por sua legalização. Após a morte de Getúlio, o PCB abandona a retórica enfrentacionista do período imediatamente anterior, nas eleições apóia a campanha desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek e se põe a disposição de colaborar com forças, correntes de opinião e partidos políticos que estendessem à mão a sua participação. O partido reconhece o autoritarismo interno à sua organização e se dispõe a flexibilizar o caráter vertical e “algo militar” que a caracterizava. Na *Declaração de Março de 1958* são estabelecidas duas etapas de uma via pacífica para a revolução brasileira, primeiro a democrático-burguesa e, só depois, a socialista. Adotando a postura da frente de massas o PCB defende o espírito aberto e o combate ao sectarismo por seus militantes, que deveriam ser capazes de compreender o contexto que os cercavam, para assim avançar as propostas dos comunistas. Para fortalecer a luta por sua legalidade o partido retira de seu programa às menções à ditadura do proletariado e ao marxismo-leninismo. Essa escolha provoca um racha que levará à formação do PC do B, partido que manteve a linha revolucionária, aproximando-se do maoísmo e da revolução operária e camponesa.

Com a eleição de Jânio Quadros, aliado à UDN, o PCB defende a luta intransigente pela melhora do nível de vida e contra o congelamento dos salários. Com a renúncia de Jânio e a ascensão de João Goulart à presidência os comunistas intensificam sua proposta de conformação de um governo nacionalista e democrático, privilegiando a aproximação e a conciliação com este governo. É formada a Frente de Mobilização Popular, agregando UNE, CGT e Frente Parlamentar Nacionalista, que consegue a vitória maciça do presidencialismo no plebiscito que amplia os poderes de Goulart. Os comunistas interpretam essa vitória como uma expressão da força que o movimento popular havia adquirido e passam a pressionar para que o presidente adotasse uma via para realização das reformas de base que passasse por cima do parlamento. Neste momento surge uma tensão entre a linha reformista e a proposta de radicalização, que colocava a questão nacional acima da questão democrática. Os riscos e os requisitos que essa escolha impunha não foram bem calculados, como veremos adiante.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Entre 1954 e 1964 o PCB amplia a sua participação no meio sindical brasileiro, mesmo na ilegalidade realiza trabalhos no interior das empresas através de “conselhos sindicais” e cria as intersindicais – MUT e CTB, antes de 1950, e posteriormente CISCAI e PUI. No que se refere à questão da autonomia dos sindicatos, o partido acreditava que ela viria gradualmente e a ocupação dos sindicatos oficiais pelos setores combativos já representava um grande passo para a democratização da estrutura. Neste sentido, os “conselhos sindicais de empresa” operavam como um espaço de socialização política para os trabalhadores, que servia como meio de lançar suas demandas e pressionar as lideranças. Além do trabalho de base, o PCB também deveria travar uma *guerra de posições* no interior das estruturas oficiais contra os “pelegos” e grupos católicos conservadores, na tentativa de contê-los e hegemonizá-los. Neste campo de lutas os comunistas contavam com o apoio dos setores progressistas do PTB e com a constante oposição dos conservadores, que não se mostravam dispostos a compor a unidade sindical na posição de subordinados e “hegemonizados”. Os comunistas ainda tinham ainda uma agenda “autonomista”², que embora lenta em sua aplicação pode ser considerada avançada e se encontrava exposta nas reivindicações e planos de luta do movimento operário.

Com o avanço da agenda combativa e relativamente independente do movimento operário, em agosto o CGT é criado, no IV Encontro Sindical Nacional. Dois meses depois a entidade atua como negociadora na greve dos 200 mil metalúrgicos de São Paulo e entra na luta pelo aumento do salário mínimo e pela aplicação do 13º salário. Saindo vitorioso das lutas grevistas de 1962, o PCB faz uma avaliação excessivamente otimista da conjuntura e, ainda em dezembro deste ano, lança uma Resolução Política na qual estabelece como prioridade a conquista de um governo nacionalista e democrático, em oposição ao que foi definido como “conciliação” do governo Jango. De acordo com Vinhas (1982), com este gesto os comunistas perdiam a medida de sua política de acumulação de forças (Santana, 2001 p. 118). A consequência imediata da radicalização do PCB foi a entrega

² Para o PCB existia uma sobreposição de dois dispositivos contraditórios regulando a estrutura sindical, “o arcabouço corporativo restrito oriundo do Estado Novo” e a “disposição liberalizante da Constituição de 1946 que indicava ser livre a organização profissional e sindical” (Santana, 2001, p. 108). Por isso a luta deveria ser por dentro das estruturas, para expor e pressionar as suas limitações democráticas.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

política, aos conservadores, da importante bandeira da legalidade democrática. Como apontou Vianna (1988), a questão democrática havia sido suplantada pela questão nacional.

V. Conclusiones

À crítica de Weffort ao movimento sindical do pré-64, que seria caracterizado pela falta de ação junto às bases, por conta da postura cupulista das lideranças comunistas, Santana responde que “pouco aceitável, diante dos fatos, é o ‘afastamento’ das prioridades de organização das bases” (Santana, 2001, p. 135). O problema da ação coletiva comunista não era provocado por uma ênfase desmedida no comando das cúpulas em detrimento da organização das bases, mas ocorria devido à “desconexão entre as partes, agravada pela extração dos militantes de base para os organismos superiores, como indicado por Leite e Solis (1978)” (Santana, 2001, p. 136). Existia trabalho de base e trabalho de cúpula, mas com a ampliação da atuação institucional do PCB, os militantes do partido foram deslocados para os “organismos superiores”. Por esse motivo foi criado um fosso de comunicação entre base e cúpula, pois os agentes mais capacitados para fazer a mediação entre os dois setores haviam sido retirados da militância popular. Entender esse impasse da ação coletiva do PCB nos ajuda a constuir uma linha de análise mais afinada com o materialismo histórico e menos apegada a uma perspectiva idealista da autonomia sindical. A luta de classes nunca aconteceu fora de lugar e não foi boicotada pela aliança *conflituosa* dos comunistas com Goulart, ela é imanente ao processo social, potencializada por seus recursos e limitada por seus obstáculos. A passagem do paradigma do “automatismo estrutural” para um novo paradigma, que coloca a classe como sujeito no centro da análise, só pode ser completada quando este sujeito é contextualizado socialmente e historicamente. Weffort deu o primeiro passo para a transição, Santana levou adiante o estabelecimento do paradigma do “sujeito político historicamente contextualizado”.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

VI. Bibliografía

- FRENCH, John D. (1995). *O ABC dos operários. Conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950*. São Paulo; São Caetano do Sul: Huicitec/ Prefeitura de São Caetano do Sul.
- KUHN, Thomas S. (1975). *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo, Editora Perspectiva S. A.
- LOUREIRO, Felipe Pereira (2011). “A Tessitura dos Direitos: padrões e empregados na Justiça do Trabalho, 1953-64 (resenha)”, *Revista Perseu*, nº 7, ano 5.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich (2005). *O Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo, Boitempo.
- SANTANA, Marco Aurélio. (2001). *Homens Partidos*. São Paulo; Rio de Janeiro, Boitempo/Universidade do Rio de Janeiro
- VIANNA, L. W. (1988). “Questão nacional e democracia: o ocidente incompleto do PCB”, Rio de Janeiro, *Série Estudos*, nº 64, junho, IUPERJ, 1988.
- VINHAS, Moisés (1982). *O partidão – a luta por um partido de massas (1922-1974)*. São Paulo, Hucitec, 1982.
- WEFFORT, Francisco Correa (1970). *Sindicatos e Política*. Tese de Livre Docência USP.
- ZIZEK, Slavoj (1996). “O espectro da ideologia”, in *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto.